



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 12.09.2013

Proc. n.º: 186 – SI 123/13

Horário início: 8h30min

Término: 10h25min

Assunto: reunião (continuação) para tratar do uso de carroças e da crueldade com animais cavaleiros.

Requerente: Ver. Roberto Braatz

Convidados: Executivo Municipal, Associação Montenegrina dos Guardiões dos Animais–AMOGA, Conselho Tutelar, Ordem dos Advogados do Brasil–OAB, Ministério Público–MP, 5º Batalha de Polícia Militar–BPM e Patrulha Ambiental–PATRAM.

Presentes: Lista de Presenças anexa ao referido processo

Principais pontos Destacados: Vereador Roberto Braatz (PDT) destacou que não se podem mais tolerar atitudes omissas da sociedade, reforçando que se deve acabar com a abordagem desse problema pelo viés do “coitadismo”. Relatou que muitos cavalos foram enterrados neste inverno, sendo que a maioria desses animais morreu em função de maus-tratos (excesso de carga, má alimentação, exposição ao frio excessivo à noite). Disse que não temos o direito de ficarmos insensíveis, silentes, diante de um ato criminoso patrocinado por pessoas, muito delas ignorantes, além de não termos o direito de sermos piores do que essas pessoas. Falou sobre o risco de vida e de acidentes que os cavalos deixados amarrados pastando nas rotatórias representam ao trânsito de pedestres e veículos. Falou sobre a necessidade de responsavelmente acabar com esse problema. Mencionou proibição legal de veículos com excesso de carga nas laterais do mesmo transitarem nas vias públicas e os riscos que isso gera aos condutores. Manifestou que o objetivo da reunião era o de conhecer as propostas trazidas pelo Executivo para que se dê início ao processo de proibição, em definitivo, da circulação de veículos de tração animal–VTAs no Município. Secretário Municipal do Meio Ambiente, José Carlos Barreto, disse que os maus-tratos aos animais é uma preocupação da Secretaria. Contou que conversou longamente com o senhor José Fagundes e que ele teria dito que vai continuar recebendo os cavalos que a Brigada Militar–BM apreender. Relatou caso de animal solto em via pública do bairro Aeroclube, apontando para o perigo que isso representa. Disse que demoveu o senhor José de sua intenção de não mais acolher esses animais, garantindo que vai lhe ressarcir, se necessário, com dinheiro do próprio bolso, os gastos para cuidar desses animais. Disse que pretende comunicar a diretora do Fórum de que o senhor Fagundes não tem mandato judicial para exercer essa atividade, ressaltando que qualquer cidadão poderia questionar esse serviço prestado em termos de legalidade. Declarou que, durante esses dois meses, nas horas vagas, realizou visitas e andou atrás de carroceiros para diagnosticar a situação. Citou casos de maus-tratos a cavalos, condução de carroças por crianças em estradas estaduais e má alimentação dos animais, com pastos sem a quantidade adequada e de baixo valor nutricional. Sugeriu formação de um grupo multidisciplinar, composto por representantes da Secretaria Municipal de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania—SMHAD, Secretaria Municipal de Meio Ambiente—SMMA e do Conselho Tutelar—CT, para visitar essas localidades e fazer um diagnóstico da situação. Também sugeriu ofertar cursos profissionalizantes para as pessoas que trabalham com esse tipo de atividade, preparando-as para o mercado de trabalho, assinalando que há uma carência de profissionais qualificados na área da construção civil. O Secretário Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania, João Antônio Moreira, falou sobre sua preocupação com relação à alimentação desses animais, em que o pasto dado a esses cavalos é inadequado e sem nenhum valor nutricional. Disse que ele não serve para o animal que só o consome quando está morrendo de fome. Comentou que a área urbana não é o lugar adequado para se ter esse tipo de animal. Também mencionou preocupação com a condução dessas carroças por crianças, em que raramente há um adulto responsável acompanhando as mesmas. Opinou pela extinção gradativa dessa modalidade de transporte, proibindo-se, num prazo de dois anos, a circulação de VTAs no trânsito do Município de Montenegro. Falou de ações a curto prazo que podem ajudar essas pessoas que tiram o seu sustento do recolhimento de materiais recicláveis. Comunicou que o galpão localizado em Potreiro Grande está em vias de ser colocado em operação, faltando apenas a instalação de uma esteira, de modo que funcione como uma cooperativa de catadores. Observou que, num primeiro momento, o Município terá que dar o suporte para que essa cooperativa se organize, oferecendo qualificação e orientação aos profissionais; posteriormente, ela poderá se gerenciar por si só. Falou de visitas realizadas a outros municípios, citando exemplos dos bons resultados que esse tipo de organização traz aos associados. Descreveu as condições precárias em que atualmente esse serviço é realizado, em que o lixo é armazenado nos pátios e no interior das próprias casas desses catadores, na medida em que eles não possuem um lugar adequado para o tratamento desse material, provocando problemas de saúde pública e ambientais. Comunicou que a segunda opção refere-se à construção de um galpão, cuja obra já está empenhada, faltando apenas a definição do local de sua instalação. Descartou hipótese de construção desse galpão no bairro Estação, pois o problema persistiria, na medida em que esse material continuaria sendo transportado por VTAs em função da distância. Além de questões ligadas ao licenciamento ambiental, pois o galpão ficaria a menos de trinta metros do arroio ali existente, sendo que a Fundação Estadual de Proteção Ambiental—FEPAM não autorizaria e a SMMA não poderia dar uma autorização sem amparo legal. Disse que sugeriu ao prefeito que o galpão fosse instalado em uma área terraplanada entre os prédios do Centro de Referência de Assistência Social—CRAS e de incubadora empresarial. Assim, comentou que daria para trabalhar duas cooperativas ou uma, dependendo do que vai acontecer. Sobre a compra das esteiras, o Secretário do Meio Ambiente informou que o processo está no setor de licitações. O Secretário João disse que precisam da conclusão desse processo de licitação para que se possa iniciar esse trabalho e ajudar essas pessoas. Disse que existem muitos cursos profissionalizantes disponibilizados, com muito recurso público envolvido,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial—SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial—SENAC, e outras empresas contratadas. Contou que a dificuldade é encontrar pessoas que queiram fazer os cursos. Relatou que a Secretaria procura “forçar” as pessoas de baixa renda, que estão inscritas em programas sociais, como bolsa família, cadastro único, CRAS, ou os jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas, mas que eles vão por obrigação e cumprem o mínimo necessário, não tendo o aproveitamento que os membros da Secretaria gostariam que eles tivessem. Vereador Braatz apontou para a vontade da sociedade e do Legislativo em estabelecer a proibição a esse tipo de transporte, de modo que o Executivo tem um apoio de fora para dentro para implantar essas ações. Mostrou-se contente com um aceno de prazo para a proibição desse tipo de transporte. Vereador Marcos Gehlen (PT) destacou se tratar de assunto polêmico que envolve uma questão social muito séria, porque o uso das carroças para subsistência das famílias é algo real. Também manifestou felicidade com o aceno de prazo para uma tomada de providências por parte do Executivo, cuja missão, segundo ele, é desenvolver políticas, programas e projetos sociais no Município que deem conta dessa problemática. Destacou que não se pode focar apenas em uma das matizes do problema, mas no problema como um todo, pois, senão, segundo ele, um viés é aplacado, causando um problema muito maior em outra ponta. Perguntou ao Tenente Brum sobre a existência de uma legislação que discipline a circulação de VTAs conduzidos por crianças e adolescentes, e os mecanismos legais de fiscalização. Também solicitou ao Tenente sugestões para erradicar o problema da condução das carroças por menores. Falou que a atribuição do Conselho Tutelar é a proteção do menor, não a destinação da carroça e do cavalo. Patrícia Aita, voluntária da AMOGA, mencionou que a gestão anterior aprovou uma regulamentação da circulação de VTAs no Município, também quando conduzidos por menores, bem como de legislação sobre maus-tratos e apreensão do animal. Perguntou como está funcionando a fiscalização e execução dessa legislação. Tenente Neri Brum Silva, comandante do 1º Batalhão da Brigada Militar, representando o Major Dutra, comentou que o senhor Fagundes não possui autorização legal para prestar esse serviço de recolhimento de cavalos maltratados. Falou que é muito fácil usar a mão forte do estado para cercear qualquer tipo de atividade. Disse que é mais cômodo para ele ter um menor conduzindo uma carroça do que traficando nas vilas, pois ele irá traficar se não tiver uma atividade, na medida em que os pais não têm controle sobre esse jovem, que muitas vezes usa dessa atividade para sustentar a família. Disse que não existe um lugar apropriado, oferecido pela Prefeitura, para guardar as carroças e animais apreendidos pela BM. Afirmou que é necessário que exista um local para manter esse animal. Destacou que a AMOGA também não tem condições de abrigar todos esses animais. Assinalou que, como não tem para quem levar esses animais, a BM chega a deixar o próprio proprietário agressor como fiel depositário do animal apreendido. Cobrou definição legal do local para destinação desses animais apreendidos. Informou que a legislação existe, mas que está sendo difícil o cumprimento da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



mesma, pois não há um lugar para recolher esses animais apreendidos. Reiterou necessidade de se estipular um local para recolhimento dos animais de modo que a BM saiba quem acionar nos casos de ocorrências policiais envolvendo maus-tratos a animais. Sobre o custeio com manutenção e tratamento do animal maltratado, disse que os recursos deveriam ser repassados pela Prefeitura, por animal, e que seria inviável imputar punições pecuniárias aos proprietários, em função da condição miserável dos mesmos. Além disso, mencionou que é responsabilidade do Município oferecer um local para abrigá-los. Destacou que o senhor Fagundes deixou de recolher esses animais em função dos custos e das ameaças que vinha sofrendo dos donos dos animais, e que fazia esse serviço por cortesia. Por fim, rebateu acusação de omissão. A Conselheira Tutelar Maristela Josiane Paz corroborou posição do Tenente, afirmando que o CT não é omissão nessas questões. Solicitou reunião com a BM para acertar a intervenção do CT junto a essas questões. A Conselheira Tutelar Cíntia Tatiane Tietze comentou que o CT não tem poder de polícia para abordar as carroças conduzidas por crianças e adolescentes. Tenente Brum orientou o CT, em casos de denúncias envolvendo condução de carroças por crianças e adolescentes, para que os conselheiros solicitem acompanhamento de viatura da BM nas abordagens. Conselheira Maristela questionou o Secretário João sobre o andamento do projeto piloto, junto às famílias da travessa José Pedro Steigleder, proposto pelo CT à Comissão Municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil–COMPETI, para mostrar a importância da criação de cooperativas de catadores. Secretário João reiterou que o processo de aquisição de esteiras está no setor de licitação. Explicou que o galpão, cuja proposta é construir na área existente entre o CRAS e a incubadora, visa justamente atender aquela comunidade. Reforçou que resta apenas definir o local para construção do galpão. Disse que há vinte dias esteve visitando a cooperativa de recicladores instalada no Município de Dois Irmãos, saindo de lá muito entusiasmado com o belo trabalho que é realizado pela mesma. Comentou que a Secretaria está reservando verbas para contratar a mesma empresa que prestou consultoria à cooperativa de Dois Irmãos para trabalhar essa questão com os moradores da travessa. Conselheira Maristela ressaltou necessidade de se ter mais programas coordenados pela COMPETI para assistir essas famílias, e não apenas esses jovens, pois esses casos denotam que a estrutura familiar está comprometida. Maria Luiza Rodrigues Kimura, Presidente da AMOGA, disse que na gestão passada a entidade tentou fazer uma parceria com o senhor Fagundes para que ele fosse resarcido pelos custos com o tratamento dos cavalos. Entretanto, destacou que ele não tem regularização legal e fiscal para realizar esse trabalho. Mencionou que o senhor Fagundes não tem mais condições de prestar esse serviço em função de sua idade avançada. Falou que a AMOGA possui listagem com nome de pessoas dispostas a adotar esses cavalos, após o processo legal de retirada da posse do dono em função de maus-tratos. Comentou que o problema é com o transporte do cavalo recolhido e que a Prefeitura deveria disponibilizar esse meio de transporte e um local para manter as carroças apreendidas. Tenente Brum



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



alertou que isso não resolveria o problema, pois a BM precisaria da definição de uma pessoa encarregada e de um local fixado para encaminhar esse animal apreendido até o trânsito em julgado da ação de retirada de posse. Patrícia colocou que o animal deve ser enviado para um local distante da origem dele, para evitar que o antigo proprietário ameace o adotante do animal. Carlos Einar de Mello (PP) sugeriu que o Município celebre convênio com a AMOGA para o acolhimento desses animais. Vereador Braatz comentou que não se pode tratar essa coisa com muita parcimônia, pois são bandidos, na medida em que fazem ameaças. Apontou necessidade de se olhar pelo outro viés, não pelo do “coitadismo social”, porque esse carroceiro, segundo ele, com ou sem cavalo, cometerá irregularidades. Assinalou que a cada ano que passa, pelo “coitadismo”, os problemas estão aumentando, o número de carroças vai aumentando porque se considera que aquilo é a fonte de renda dos carroceiros. Mencionou necessidade de se oferecer cursos de qualificação profissional a essas pessoas. Disse que a sociedade não pode ficar suportando isso, pois muitas dessas pessoas usam as carroças para furtar as moradias. Destacou a necessidade de se enfrentar o problema com coragem. Marcos Roberto, chefe de educação ambiental, disse que, através de sua pessoa, o Executivo supre a necessidade alimentar de mais de duzentos animais entre cães e gatos. Colocou que os animais que representam alta periculosidade ao convívio com seres humanos e outros animais devem ter um tratamento diferenciado. Patrícia ressaltou necessidade de atacar o problema na origem e que o poder público precisa realizar campanhas de educação das pessoas que têm animal e estabelecer políticas públicas para enfrentar esse problema. Sugeriu que a Prefeitura montasse equipes de fiscalização para averiguar se os animais estão sendo bem tratados. Vereadora Rosemari Almeida (PP) destacou que o Executivo deve celebrar um convênio com a AMOGA, e estabelecer, nesse convênio, por animal recolhido, quanto vai pagar. Em contrapartida, a AMOGA se encarregaria de realizar o transporte e o cuidado com esse animal. Patrícia alertou que, antes de celebrar esse convênio, é necessário averiguar a parte legal disso. Solicitou que o Secretário do Meio Ambiente realizasse pesquisa para conhecer como funciona esse sistema de recolhimento e apreensão em Porto Alegre. Tenente Brum mencionou que em Porto Alegre o recolhimento desses animais é feito através da Secretaria do Meio Ambiente, possuindo equipe e departamentos próprios para isso. Luiza destacou que Porto Alegre possui a Secretaria Especial dos Direitos dos Animais—SEDA e a ONG “Chicote Nunca Mais”, para a qual é repassada uma verba municipal. Secretário Barreto reforçou que o senhor Fagundes continuará com esse trabalho e que contatará a diretora do Fórum para falar dessa questão legal. Aventou hipótese de trazer representantes da SEDA para conhecer o funcionamento da mesma. Vereador Braatz informou que enviará os relatórios das reuniões ao MP para colaborar com a solução do problema, para chamá-lo a cumprir sua função, uma vez que está sendo omisso com relação a esse problema, e assim auxiliar o Executivo na consecução de seus objetivos. Luiza observou que o MP tem sido parceiro da AMOGA, cobrando posições do poder público municipal sobre o projeto de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**
Montenegro Cidade das Artes



castração dos animais de rua – que aguarda renovação – e a questão do centro de recuperação de animais de rua que estão doentes. Marcos Roberto destacou que não há desinteresse por parte do Poder Executivo nessa questão, e que estão apenas se organizando para executar um trabalho bastante sólido. Demonstrou desejo de contar com a parceria da AMOGA, com previsão de verbas a serem liberadas para a entidade. Observou que a falta de um lugar para acolher esses animais é um problema grave, e que a reunião iria terminar sem que fosse possível estabelecer uma definição quanto a isso. Comunicou que em pouco tempo o contrato com a AMOGA será renovado, destacando a necessidade de resolver a questão do lugar de acolhimento desses animais. Patrícia entregou listagem (em anexo) com o nome de cidadãos que, após o devido processo legal de retirada da posse do animal vítima de maus-tratos, se dispõem a adotá-lo, o que representaria uma aposentadoria compulsória para esse animal maltratado. Secretário João sugeriu que essas pessoas da listagem ficassem como fiéis depositários, com laudo de veterinário, dos animais apreendidos, até expedição da sentença de retirada da posse. Tenente Brum reiterou que gostaria de receber um documento da Prefeitura informando para quem os animais apreendidos devem ser encaminhados.

Encaminhamentos: Após sugestão do Secretário João, o chefe de educação ambiental, no prazo de trinta dias, se comprometeu a encontrar e definir um local para o recolhimento dos animais apreendidos. Para verificar o cumprimento dos compromissos e prazos, ficou agendada nova reunião, que ocorrerá no dia dez de outubro, quinta-feira, às oito horas e trinta minutos, com os mesmos convidados. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.*

Ver. Roberto Braatz
PDT

Ver.^a Rosemari Almeida
Presidenta